

Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil)

Maria Catarina Chitolina Zanini¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões acerca da relação entre identidade étnica e pertencimento territorial entre imigrantes e descendentes de imigrantes italianos para a região central do Rio Grande do Sul ao longo de mais de século de processo colonizador. Partindo de pesquisa etnográfica, especialmente problematizando como essas questões têm sido tratadas ao longo do tempo, pretende-se salientar o quanto são temáticas abertas e se refazem constantemente enquanto fronteiras adscritivas importantes para a delimitação das identidades e dos pertencimentos. Inicialmente um processo migratório formado por camponeses (católicos e pobres em sua grande maioria) foi, ao longo do contato com a situação regional, provocando uma migração urbana de alguns para Santa Maria e região. Posteriormente, às questões relativas à sucessão hereditária da terra, o aumento dos membros familiares e o pequeno tamanho dos lotes impulsionaram uma migração para outros estados brasileiros, como Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Bahia, criando, dessa forma, novas frentes de expansão agrícolas no país. Toda essa movimentação espacial faz parte das memórias familiares e dos itinerários geracionais, destacando o quanto, para os descendentes de imigrantes italianos, a migração tem sido algo presente historicamente em suas existências.

Palavras-chave: Identidade étnica; migração; italianos.

Este artigo tem por objetivo efetuar algumas breves reflexões acerca da noção de pertencimento étnico e suas relações com a criação, manutenção e significação de uma certa espacialidade elaborada por imigrantes italianos e seus descendentes na região central do Rio Grande do Sul (Brasil), especialmente nas cidades de Santa Maria e Silveira Martins, localidades onde foi por mim executada pesquisa

¹ UFSM - Doutora em Antropologia Social, Professora Adjunta.

etnográfica, de 1997 a 2001² e retomada em 2005, já com outros objetivos. Denominada também de IV Colônia de Imigração Italiana ou IV Colônia Imperial³, essa parte do estado tem passado, nos últimos anos, por um processo de reivindicação identitária muito interessante de ser estudado. Personalidades públicas dessa região e alguns intelectuais locais estão reivindicando e trabalhando em prol de uma identidade territorial renovada baseada nos processos colonizadores efetuados pelos imigrantes colonizadores dessas regiões, especialmente o italiano. As explicações e justificativas para tal empreendimento são diversas (econômicas, culturais, históricas, políticas, pessoais, religiosas, entre outras), contudo o relevante deste processo é observar quais categorias e representações sociais estão sendo acionadas neste “movimento” e como as diversidades são negociadas num cenário mais amplo e cotidiano.

A Região central do Rio Grande do Sul que foi por mim pesquisada é composta, em sua maior parte, por pequenas (e algumas médias) propriedades rurais baseadas na organização familiar do trabalho. A cidade de Santa Maria possui um centro urbano bem desenvolvido, com serviços de comércio, médicos e prestação de serviços diversos. Contudo, os demais municípios das vizinhanças possuem centros urbanos bem menores, centrando suas atividades na zona rural e nas atividades agropecuárias de pequeno porte.⁴ Alguns dos municípios foram emancipados há poucos anos e seus administradores têm procurado estabelecer um processo de auto-imagem no qual o recurso a uma reconstrução do passado tem sido muito importante como fronteira de identificação e de criação de uma “tipologia ideal” de seus habitantes baseadas nas virtudes atribuídas aos pioneiros (força, coragem, trabalho, determinação, resignação, amor à terra e ao trabalho nela, entre outras). A terra possui um valor simbólico e econômico extremamente importante nesta região que, de uma forma geral, carece de estudos antropológicos e sociológicos que permitam um conhecimento maior de suas complexidades. Por colonos, compreendo, conforme Seyferth (1993), aqueles indivíduos que, além de fazerem parte do mundo camponês, são portadores de uma origem étnica diferenciada baseada nos processos migrantistas efetuados por seus antepassados. Enfim, são trabalhadores da terra, assentados na organização do trabalho familiar nas pequenas e médias propriedades que reivindicam

² Tal pesquisa resultou em minha tese de doutorado, defendida em 2002, na USP e publicada em 2006, pela Editora da UFSM denominada *Italianidade no Brasil meridional – a trajetória da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*.

³ Fazem parte da denominada região da IV Colônia de Imigração italiana ou IV Colônia Imperial, os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. A denominada IV Colônia é vizinha à cidade de Santa Maria, sendo que o atual município de Silveira Martins foi emancipado somente em 1987, tendo sido até então distrito de Santa Maria.

⁴ Estou utilizando as concepções de rural e urbano neste artigo simplesmente como recurso discursivo, partindo das classificações administrativas locais que designam quais são as áreas rurais e urbanas dos municípios. Saliento que compreendo, conforme Wirth (1987), que o modo de vida urbano está além dos limites da cidade e que, contemporaneamente, não é fácil delimitar, com clareza, tais limites sem empobrecer as populações que neles habitam.

uma origem distinta no contexto do Estado nacional brasileiro. No caso por mim estudado, a origem "italiana", invocada partindo das memórias reconstruídas acerca do passado dos ancestrais que fizeram a travessia transoceânica e efetuaram o processo colonizador nesta região.

Por memória, compreendo, conforme Halbwachs (1990), as reconstruções sobre o passado efetuadas no presente, ou seja, toda memória é um ponto de vista que, para fazer sentido, necessita ser partilhado coletivamente e é elaborada de acordo com a capacidade discursiva dos indivíduos no presente. Ou seja, as versões possíveis sobre o passado são efetuadas tomando como base a posição que o indivíduo ocupa no presente, sua classe social, seu *status*, seu nível de instrução, seu gênero, entre tantas outras clivagens que podem interferir nessas construções. Algumas das famílias por mim pesquisadas eram, ainda, as mesmas proprietárias das terras compradas pelo processo colonizador iniciado em fins do século XIX.⁵ A terra findava por ser dividida ao longo dos processos de sucessão, mas, para alguns, era algo muito penoso pensar em se desfazer dela ou repassá-la a alguém estranho. Presenciei muitas histórias sobre a escolha de lugares para determinadas plantações, os sucessos e fracassos do plantio de algumas espécies e como essas narrativas permaneciam no histórico familiar como um aprendizado sobre aquela terra e suas potencialidades.

O centro do estado do Rio Grande do Sul é composto por populações de origens étnicas diversas, tais como: afro-descendentes, alemães, poloneses, portugueses, italianos, entre outras, que também têm, nos últimos anos, lembrado suas origens e procurado visibilizar suas distinções baseadas nessas origens. O município de Agudo, por exemplo, pertencente à IV Colônia, possui uma marcante colonização germânica e em Restinga Seca há populações que se reivindicam descendentes de quilombolas, o que revela a diversidade das populações que habitam esta região como um todo. Considero relevante, do ponto de vista antropológico, observar o quanto as noções de pertencimento e espaço são construções sociais e históricas complexas que dialogam com um conjunto de outras forças existentes em tais contextos e como os indivíduos e grupos acionam tais categorias e por que. Não pretendo generalizar meus argumentos, mas, partindo de minha etnografia entre descendentes de imigrantes italianos, salientar o quanto tais negociações são complexas e necessitam ser estudadas em seus processos interativos, especialmente quando se pensam políticas públicas de mais amplo alcance e que se dirigem às populações como um todo, genericamente.

⁵ Aspecto também observado por Deus (1989), ao elaborar estudo em Silveira Martins na década de 80 do século passado. Segundo a autora, "presos à terra, os camponeses entendem que o fato de se manterem as propriedades desde os período de colonização é mais importante que discutir o tamanho anterior desta mesma propriedade e as condições de produção" (Deus, 1989, p.94).

Em cento e trinta e um anos de colonização italiana na região, diversos foram os percursos de construções identitárias marcadas por dinâmicas políticas, culturais, econômicas e sociais maiores. Neste contexto, a terra, o território, a territorialidade foram (e são) noções extremamente importantes, pois permitiram aqueles indivíduos a criação de uma paisagem que lhes possibilitou certa sobrevivência física e cultural num cenário de incertezas como era uma migração transcontinental.⁶ Tais elementos serão por mim analisados ao longo deste artigo, observando o quanto a espacialidade e as noções de público, privado, casa e terra, urbano e rural, entre outras, são importantes nas construções identitárias étnicas e o quanto elas devem ser estudadas situacionalmente e historicamente, verificando-se as interações em que são operacionalizadas, como num campo⁷ (Bourdieu, 1983, 1994) em que múltiplas e diversas forças disputam interesses, recursos, valores e tantos outros elementos entre si. Penso, igualmente, que tais aspectos devem ser observados em estudos históricos de mais amplo alcance, verificando-se as mudanças de significação de tais categorias ao longo do tempo.

Considero os descendentes de italianos habitantes na região central do Rio Grande do Sul enquanto grupo étnico (vide Barth, 2000)⁸, uma vez que se auto-atribuem uma origem e identificação específica e são reconhecidos localmente como distintos, partindo dessa suposta distinção ancestral. Sendo assim, concordo com Weber (1994), quando afirma que as identidades étnicas são crenças na "afinidade de origem", ou seja, num sentimento comum de pertencimento e não necessariamente no fato de terem uma origem historicamente comprovada. Além disso, são grupos de interesse (Cohen, 1979) que disputam visibilidade, valorização e também recursos sociais, com a vantagem, conforme Cohen, de que, sendo informais, tais grupos não se conflitam abertamente com outros interesses do Estado. Seriam, por fim, grupos de interesse e suas negociações se dariam em múltiplos níveis. Como salienta Seyferth (1990), referindo-se à sociedade brasileira, senão todos, ao menos parte dos descendentes de imigrantes irão se constituir enquanto grupos étnicos no cenário nacional.

⁶ Importante salientar, como faz Sayad (1998), que o imigrante é, antes de tudo, um emigrante. Diz ele, considerando ser a imigração um fato social total: "De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante "nasce" nesse dia para a sociedade que assim o designa" (Sayad, 1998, p.16).

⁷ Utilizo a noção de campo conforme Bourdieu (1983, 1994), para quem, "De fato, através dos jogos sociais procura ver nos agentes bem mais, e na verdade outra coisa, que os objetivos aparentes, os fins manifestos da ação: a caçada conta tanto quanto a presa, senão mais, e há um proveito da ação que excede os proveitos explicitamente perseguidos-salário, preço, recompensa, troféu, título, função – e que consiste no fato de sair-se do anonimato e de afirmar-se como agente, envolvido no jogo, ocupado, habitante do mundo habitado pelo mundo, orientado para certos fins e dotado objetivamente, e, portanto subjetivamente, de uma missão social" (1994, p.54).

⁸ Para Barth, "Em primeiro lugar, enfatizamos o fato de que grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores: consequentemente, têm como característica organizar as interações entre as pessoas" (2000, p.27).

No contexto contemporâneo, observaria que os grupos étnicos se transformam em agentes potenciais, num universo em que ser diferente faz diferença, ou seja, a origem étnica pode se tornar elemento de distinção, elemento de agregação de valor dependendo de qual situação o grupo ocupa nas hierarquias sociais. Assim, ao invocar determinada identidade de origem é como se os atributos reconhecidos como pertencentes ao grupo se agregassem ao indivíduo também, simbioticamente. Se esses atributos são positivos, elevam a auto-estima e a colocação social, se forem negativos, tendem a estigmatizar seus portadores. As construções sociais podem, igualmente, sofrer alterações ao longo dos processos interativos. Um exemplo disso, no caso dos descendentes de imigrantes italianos, foi a dinâmica sofrida pelo termo *colono* que, designativo de rudeza, ignorância e falta de trato, tem sido ressemantizado, vindo a representar o pioneiro, trabalhador incansável da terra e portador de virtudes específicas.

As fronteiras adscritivas, baseadas na escolha de elementos diferenciadores é aberta e está sintonizada com outras esferas da vida social dos indivíduos. Para os descendentes de imigrante italiano, pode-se dizer que os principais sinais adscritivos invocados como formadores de sua identidade seriam seu apego e capacidade de trabalho, seu empreendedorismo, seu respeito à família enquanto instituição primordial e também a religiosidade, presente tanto valorativamente quanto fisicamente, na ocupação do espaço. Nas gerações mais contemporâneas, a religiosidade é também invocada, não necessariamente quanto a si próprios, mas como elemento formador do caráter de antepassados e algo que respeitam, embora muitos não pratiquem o catolicismo da mesma forma que seus pais e avós. Observei também um trânsito religioso entre o catolicismo e outras doutrinas, tais como o espiritismo kardecista, budismo (no contexto urbano) e grupos neopentecostais. Considero relevante, não o fato de praticarem o catolicismo ou não, mas sim de reivindicarem esse como um elemento importante para os "italianos", de um modo geral. Embora não haja prática, haveria uma afinidade com os valores apontados pela doutrina católica, enquanto formadora de uma visão de mundo e de um *ethos* específico (Geertz, 1989).⁹

No presente artigo, é da identidade étnica enquanto crença e seus agenciamentos que estarei tratando. De acordo com Featherstone (1995)¹⁰, o cenário contemporâneo, pós-moderno, favoreceria o surgimento de agentes diversos que fariam uso de suas experiências como forma de distinção. No caso por mim estudado,

⁹ De acordo com Geertz, "O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem" (1989, p.143-44).

¹⁰ Para Featherstone (1995, p.76), a pós-modernidade teria levado "a um aumento do poder potencial dos especialistas na produção e disseminação simbólicos". Compreendo que as invocações de pertencimentos étnicos no contexto contemporâneo pode ser analisada na perspectiva da etnicidade, enquanto algo elástico e aberto a negociações diversas.

salientaria a força das distintividades étnicas, uma vez que o apelo às origens permitiria a criação de uma narrativa de vida diferenciada, especialmente para as classes médias, em que reivindicar uma identidade de origem passaria a representar uma escolha na qual o indivíduo, partindo de sua situação atual, elegeria símbolos relevantes da saga dos antepassados. Por que, em determinado momento histórico, torna-se “rentável”, num mercado de bens simbólicos locais, acionar determinadas categorias, representações e simbologias? E, quem movimenta tais reivindicações e de que forma? Quem são os agentes e as forças sociais existentes nesse campo? Quais interesses estão em jogo? Como são elaboradas e mantidas as fronteiras adscritivas e quais valores e representações elas acionam e que sentido fazem para quem as reivindica? Enfim, são muitas as perguntas que lancei a meu campo de pesquisa e, posso dizer que, nesses onze anos enquanto pesquisadora da região, não canso de me surpreender com as dinâmicas identitárias e a forma como os indivíduos as interpretam.

A construção do território da IV Colônia, do ponto de vista econômico, como bem demonstra Saquet (2003), ao focar mais especificamente a introdução do capital nesta nova realidade, está sendo por mim analisada neste artigo num olhar dirigido ao indivíduo que migrou e como ele se relacionou com a espacialidade e a temporalidade nova em que foi colocado e como essa foi, também, interpretada pelos descendentes.¹¹ Concordaria com Bartolomé (2000, p.147), ao salientar que nos territórios étnicos, tempo e espaço poderiam se conjugar, uma vez que, segundo o autor, “ali tem transcorrido a experiência vital que dá sustento à memória histórica da sociedade”. Para Leroi-Gourhan (1985, p.121)¹², o “fato humano por excelência” seria a domesticação do tempo e do espaço. Diria que, de uma forma nem sempre isenta de tensões, aqueles migrantes se viram compelidos a atribuir significados ao novo mundo no qual se encontravam. Em suma, se o tempo da vida cotidiana fosse estruturado espacial e temporalmente (Berger e Luckmann, 1997, p.44), diria que cabe aos antropólogos e cientistas sociais procurar compreender como esses processos se deram e se reproduzem (ou não) por entre gerações.

¹¹ Concordo plenamente com Saquet, quando este afirma, em seu estudo sobre a região, que “A interconexão territorial, através da ação de diferentes agentes sociais com outros territórios, é uma articulação territorial nutrida por articulações econômicas, políticas e culturais entre as classes sociais e condicionada pelo processo de formação da economia brasileira no movimento internacional de expansão do capitalismo” (2003, p.222). Contudo, preocupo-me em analisar de que forma estas negociações se deram e como ficaram registradas simbolicamente em monumentos, capitéis, igrejas, cemitérios, praças, entre outras formas de expressão.

¹² Segundo o autor, “Em todos os grupos humanos conhecidos, o *habitat* corresponde a uma tripla necessidade: a de criar um meio tecnicamente eficaz, a de assegurar um enquadramento ao sistema social, e a de ordenar, a partir de um ponto, o universo circundante” (Leroi- Gourhan, 1985, p.131).

Finais do século XIX: travessia e imigração

A colonização italiana na região central do Rio Grande do Sul começou nos anos de 1877/78, com a chegada das primeiras famílias de imigrantes italianos para a região, dois anos após a instalação dos primeiros colonizadores italianos na região da serra gaúcha.¹³ Foram levas distintas, trazendo aos poucos um contingente de imigrantes majoritariamente católicos¹⁴, do norte da Itália, camponeses, pobres e em grande parte, analfabetos. Tratava-se de uma migração familiar, incluindo membros de procedências dos mesmos lugares da Itália e falantes dos mesmos dialetos, o que favoreceu, de certa forma, sua instalação em terras brasileiras. Havia parentes, ex-vizinhos e uma série de relações que foram muito importantes também na continuidade de atração de novos imigrantes, fato que foi se efetuando até as primeiras décadas do século XX, sempre em menor escala. Algumas dessas relações de amizade, compadrio e chamamento quando de minha pesquisa de campo (de 1997 a 2001) ainda eram lembradas pelos descendentes como uma questão de “honra” e de respeito entre pessoas que tinham em suas trajetórias de vida o fato de seus antepassados terem passado pela mesma experiência migratória.

O que atraiu aqueles homens, mulheres e crianças para o Brasil? Em verdade, o Brasil enquanto um destino final não era algo prioritário. Aqueles emigrados vinham para a América, o Novo Mundo, buscando melhores condições de vida, vindos de uma Itália em que as transformações econômicas, políticas e culturais ofereciam um quadro de incertezas. Em minha compreensão, houve uma multiplicidade de fatores que expulsaram aqueles indivíduos da Itália e outros tantos que os atraíram para o Brasil, ainda Império e país escravocrata.

A unificação italiana acontecida em 1870 ainda não era um fato político concluído, era antes o começo de uma tentativa de unificar, sob a égide de um Estado nacional, uma diversidade lingüística, cultural, política e econômica diversa. As regiões eram díspares geograficamente, politicamente, economicamente e com noções de pertencimentos, dialetos e modos de produção diversos. Quando aquelas populações migraram para o Brasil, não se sentiam italianos no sentido de um pertencimento nacional unificado e genérico. Sua vinculação maior era com suas localidades de nascimento e moradia, seus *paese*, em que se devotavam a determinados santos, preparavam seus alimentos de determinadas formas, casavam-se e trabalhavam de

¹³ De acordo com Machado, “entre os anos de 1875 e 1886, a grande maioria de emigrados italianos à América era composta por pequenos proprietários e meeiros” (1999, p.51). Alguns desses, segundo o autor, já possuíam uma tradição de migração sazonal na Europa, o que favoreceu o processo migratório em massa.

¹⁴ Saliento, contudo, que não se deve negligenciar o peso e poder da maçonaria entre os imigrantes que vieram habitar a região central do estado do Rio Grande do Sul, como estudado por Vescio (2001). Além disso, de acordo com Vendrame (2007), havia indivíduos que partilhavam de uma visão política mais aguçada, o que mostrava que nem todos os descendentes de imigrantes italianos que para cá vieram se enquadravam na tipologia do migrante dócil e servil.

acordo com regras específicas. Ser italiano, enquanto identificação nacional, foi algo que passou a fazer sentido no quadro do processo migratório no qual se inseriam, em que eram estrangeiros genéricos numa terra nova. Dessa forma, a identificação de italianos, que possuía um significado compreensível no jogo das alteridades dos finais do século XIX, passou a fazer sentido e ser acionada.

A imigração daquelas populações deve também ser pensada num quadro social em que a autoridade familiar era exercida pelo pai e, esse migrando, sua esposa, filhos, e agregados viriam junto. Os idosos também acompanhariam aquele filho que, pelas regras de responsabilidade (ou de herança), estariam a seu encargo. Por isso houve presença de idosos, gestantes e crianças que, pensando-se numa imigração tipicamente laboral, não faria sentido. Eram famílias e tal estrutura migrava junta, o que, em meu entendimento, favoreceu a manutenção também de uma determinada estabilidade social e psicológica para aqueles migrantes num quadro de estranhamento provocado por uma migração daquele porte. Como alertam Alvim (1986) e Grosseli (1987), a emigração favoreceu a manutenção cultural daquelas populações num certo sentido, pois a Itália passava por modificações econômicas, políticas e religiosas que não agradavam a todos, especialmente aos camponeses que viam suas famílias se desmembrando em virtude da expansão do capitalismo e da escassez de terras produtivas. A Igreja Católica migrou junto com essas populações, estabelecendo-se aos poucos nas colônias.¹⁵ Ela também passava por processos complexos de mudanças na Itália (De Boni, 1980) e migrar com aquelas populações talvez tenha sido uma forma de manter seu prestígio e poder junto a este elevado contingente que se dirigia para o Novo Mundo, a América.

Os relatos do encontro dos imigrantes com as terras brasileiras estão descritos nas memórias deixadas por migrantes, por religiosos e no Álbum do Primeiro Cinquentenário de Comemoração da Imigração italiana para o Rio Grande do Sul, publicado em 1925, quando das comemorações do primeiro meio século de processo colonizador no estado. Em vários tons e escritos com objetivos diversos, esses relatos narram a experiência migratória, seja de um ponto de vista individual ou coletivo. Considero, em relação à região central do Rio Grande do Sul, as memórias de Lorenzoni (1975) e Pozzobon (1997) dois documentos extremamente importantes, pois foram escritos pelos próprios imigrantes narrando suas experiências e como compreendiam aquele processo de ruptura vivenciado por eles, suas famílias, parentes e vizinhos. Publicados e traduzidos por seus descendentes, esses livros possuem um valor inestimável para os estudiosos da imigração italiana no estado, pois são relatos escritos em primeira pessoa.

¹⁵ Este processo se deu no Brasil como um todo. De acordo com Borges Pereira, em estudo realizado entre imigrantes italianos em São Paulo, "É difícil negar que a Igreja constitui-se no principal instrumento de que lança mão o país de emigração para desenvolver esta estratégia – fixar o grupo no novo país, mas mantê-lo fiel à tradição italiana (1974, p.128).

Julio Lorenzoni, um rapaz de 14 e poucos anos, narra sua chegada a Santa Cruz, em Florianópolis, depois Itajaí, Porto Alegre até a chegada na Colônia Silveira Martins, pelo rio Jacuí:

“A viagem pelo rio foi assaz agradável. Panoramas belíssimos, vegetação exuberante, árvores frondosas e seculares, cobertas de barba-de-pau, onde esvoaçavam as mais variadas espécies de passarinhos e, de vez em quando, aparecia algum macaquinho ou outro animal silvestre. A cada parada do vaporzinho, para se reabastecer de lenha, podíamos admirar as plantações de laranjas, lima e limão carregadas de frutas; e esta visão era para nós um espetáculo dos mais atraentes” (1975, p.39).

A natureza aparece nos relatos como algo que marca o encontro com este novo espaço. As cores, os cheiros, as formas, os animais e também as pessoas. Lorenzoni, ao longo de sua obra memorialista, faz uma narrativa de como a flora e a fauna gaúchas o impressionavam, fazendo um breve levantamento da mesma. Já Pozzobon (1997), relatando sua viagem (efetuada em 1895), salienta que a chegada até a terra prometida não havia sido das mais fáceis. Diz ele:

“Relatando a verdade, o Itapuã não era navio de passageiros, mas sim de carga. Os emigrantes deviam ficar satisfeitos apenas como bagagens, não como criaturas humanas. O que se comia a bordo daquele célebre embarcação? Feijões que eram despejados aos sacos naquele enorme panelão, cheio de bichos catados com a escumadeira e jogados fora. Meus Deus, que horror! Viva a América – gritavam aquelas goelas de emigrantes famintos....Os pequenos portos do sul do Brasil, naqueles tempos, deixavam muito a desejar, e os funcionários aduaneiros faziam gato e sapato dos ingênuos e coitados emigrantes” (1997, p.72).

E, sobre como se consideravam sendo encaminhados a terras desconhecidas, observa Lorenzoni:

“e achavam admirável que o Governo quisesse colonizá-los, mas não consideravam como aqueles pobres colonos teriam que penetrar em florestas virgens, onde, desde séculos, tribus (sic) de índios eram senhores absolutos, ali vivendo sem nenhum estorvo e onde tigres, macacos e dezenas de outras espécies de animais selvagens tinham seu “habitat” (1975, p.38).

Interessante nos relatos de Lorenzoni observar como se processou a relação entre seres humanos e animais encontrados na região. Segundo ele, no início os imigrantes tinham receio de alguns tipos de animais, mas depois de algum tempo, acostumavam-se a eles, tornando-os parte da nova paisagem. Ou seja, o território ia

sendo domesticado, conhecido e classificado, fazendo parte das representações coletivas (Durkheim, 1996). Ressalta ele:

“Os répteis eram raros e, quando aparecia algum, tratávamos logo de matá-lo, sabendo, por instinto, serem venenosos; por este motivo nem indagávamos seu nome ou a que classe pertenciam” (1975, p.52).

Os colonos ficaram cerca de quatro meses esperando a destinação de seus lotes, alocados no barracão e em tendas cobertas com lençóis por eles mesmos construídas. O “barracão” é um dos símbolos mais importantes desse processo migratório inicial, sendo lembrado e invocado em praticamente todas as falas sobre a saga dos antepassados. No local onde teria sido a construção desse, está hoje situado o Monumento ao Imigrante, construído após os festejos do centenário da imigração italiana no estado, em 1975. Esse local é ponto de visitação dos descendentes, dos turistas e se tornou um marco da ocupação daquele espaço domesticado. Ele agrega simbolicamente o que poderia ser considerado a síntese de um processo bem-sucedido e é um marco (emblema) do processo colonizador local.¹⁶ Durante minha etnografia, encontrei muitas fotografias de descendentes tiradas junto a esse monumento, observando-se assim, a “força” simbólica que reside nesse local.

Os imigrantes ficavam neste barracão abrindo estradas, trabalho para o qual recebiam pagamento e fazendo alguns pequenos serviços. Neste encontro do homem europeu com a América, inicia-se a criação das representações positivadas acerca do processo colonizador e de seu papel nessas representações:

“Diante de tanta miséria, tanto sofrimento, tantas dores, assim mesmo o colono italiano não desanimava. Impávido, superava todos os obstáculos e todas as desgraças, que ameaçavam até sua própria existência” (Lorenzoni, 1975, p.53).

Após o recebimento dos lotes, construídas as casas e iniciadas as primeiras plantações, o imigrante tenta se adaptar a este novo universo geográfico e existencial. Inicia-se, também, na sede da colônia, uma pequena estrutura urbana com comércios, carpintarias, ferrarias, como ressalta Lorenzoni, “tudo em pequena escala” (1975, p.63). Enfim, o espaço estava sendo ordenado, ruas sendo abertas, estradas sendo construídas, movimento que foi se dando continuamente na Colônia Silveira Martins. Em 1888 essa Colônia foi desmembrada e seu território dividido entre os municípios de Cachoeira do Sul, Santa Maria e Julio de Castilhos, o que, segundo

¹⁶ Diz Bourdieu que, “O acto de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias “étnicas” ou “regionais”, como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de revelação e de construção exercido pela objectivação no discurso” (1998, p.116).

alguns estudiosos teria favorecido o não desenvolvimento econômico da região. A sede da colônia de Silveira Martins se tornou distrito de Santa Maria, sendo emancipada somente em 1987.

Um aspecto dos mais fortes por mim encontrado durante a pesquisa de campo foi o fato de este processo de enraizamento ter perpassado entre gerações, ou seja, crianças pequenas, homens e mulheres adultos e idosos me contavam a história dos “antigos”¹⁷ naquelas terras. Essas histórias, situadas temporalmente em momentos distintos, representam também mudanças de “mundos”, ou seja, como era e como está sendo hoje:

“O imigrante, quando chegou aqui, foram dadas as piores terras pra eles. Eles tiveram que lutar, que trabalhar muito. Eles vieram com aquele grande desejo de fazer riqueza, e vieram atrás de “la cucanha”, vieram buscar “la cucanha”, aquela grande sorte. Eles vieram enganados os italianos pra cá, eles eram tipo os colonos sem terra, eles tavam muito mal lá, e o Dom Pedro II pediu que o governo italiano mandasse principalmente agricultores e também pessoas que tivessem alguma profissão, tipo marceneiro, alfaiate. Então eles tiveram que lutar muito, eles trabalharam muito e aprenderam economizar porque eles sabiam da onde é que vinha” (descendente, em média 50 anos, nasceu na zona rural e hoje é moradora na zona urbana de Santa Maria).

Importante observar que, se esses imigrantes estavam passando por rupturas em suas noções de tempo/espaço, eles também, ao longo do processo colonizador, foram agentes de transformações muito importantes no Rio Grande do Sul (Moreira, 1995). Dinamizando a economia de determinadas localidades, favoreceram o agenciamento do capitalismo e suas dinâmicas espaço temporais também.

Espaços imaginados do passado (as origens)

Minha inserção junto aos descendentes de imigrantes italianos começou no cenário urbano da cidade de Santa Maria em 1997. Inicialmente, pesquisava junto a descendentes que faziam parte do que denominava de “movimento étnico”, ou seja, aquelas pessoas que trabalhavam ou eram membros das associações italianas e dos *circolos* e compartilhavam de suas atividades. Essas pessoas eram, em sua maior parte, membros das classes médias e altas urbanas, descendentes de imigrantes italianos que compreendiam no trabalho de valorização da italianidade algo muito prazeroso e socialmente importante. Posteriormente, fui alargando minha pesquisa para outras camadas sociais e também para a zona rural, chegando até Silveira Martins, onde

¹⁷ Antigo é o termo nativo utilizado para se referir àqueles que estariam situados no passado. Passado este que pode ser mais recente ou menos. Assim, os antigos tanto podem ser os pioneiros colonizadores como pais e avós, dependendo de como o entrevistado se situa no momento da fala.

efetuei outra parte de minha pesquisa etnográfica. Esse trânsito entre classes sociais e mundos urbano e rural me permitiu observar algumas similaridades na invocação de uma italianidade, bem como as diferenças, baseadas na discursividade das construções. O que não mudava, apesar das diferenças, era o forte apelo sentimental que a invocação das origens e das histórias dos antepassados provocava. Fui observadora de muitos eventos, festas e acontecimentos repletos de emotividade que eram comuns em todas as gerações, dos mais jovens aos mais idosos.

A Itália “imaginada” (Anderson, 1983), aquela de uma noção de pertencimento representada nos relatos dos colonizadores pioneiros é retrabalhada, mas serve como referência para o processo contemporâneo de construção das memórias destes descendentes e de onde, neste território ideal imaginado, recriam sua noção de italianidade. Ela é múltipla, reprocessada, mas sua força, num sentido durkeimniano (1996), estaria no fato de ser uma representação que provoca coesão.

Este território de origem genérico, a Itália, contemporaneamente, tem sido mediado pelo pertencimento regional italiano. Em Santa Maria, há vários *circolos* (Lombardo, Veneto, Trentino, Friulano, entre outros) que procuram agregar os descendentes de regiões específicas da Itália. Tais *circolos* possuem vínculos institucionais com as regiões italianas, promovendo convênios, intercâmbios e uma série de atividades que visam a uma maior integração do descendente com a região de origem de seu pioneiro, ou seja, aquele indivíduo que efetuou o processo migratório e por meio do qual foi possível a obtenção de uma cidadania italiana. Há, além dos vínculos regionais, a territorialidade imaginada dos *paesi*, vilas, cidades de origem e localidades. São espaços imaginados que povoam as narrativas dos descendentes residentes na região central do Rio Grande do Sul. Alguns, já tendo viajado ao exterior para visitar a terra dos antepassados, outros não, mas sempre estabelecendo um vínculo, quando este é conhecido. Quanto mais conhecidas as origens familiares, baseadas no sobrenome, mais localmente territorializadas se tornam as memórias. Para aquelas famílias que não conhecem as localidades específicas e nem as regiões, a força recai sobre a noção de uma Itália mais generalizada.

Importante salientar que, devido ao processo colonizador local, às interações sociais estabelecidas e também à política restritiva adotada pelo Estado Novo (1937-1945) no Brasil e no Rio Grande do Sul, houve repressão aos descendentes de italianos na região central. Fato já estudado por Dal Molin (2005), Zanini (2005, 2006) e outros, esse período marca o que denominei de “varredura cultural” (Zanini, 2006), pois os indivíduos, receando represálias e perseguições, autodestruíram documentos, passaportes, objetos, móveis que denotariam pertencimento italiano. A partir de 1942, quando o Brasil entra no cenário da II Guerra Mundial, lutando ao lado dos Aliados e contra o Eixo, formado por Alemanha, Japão e Itália, os descendentes desses grupos passam a ser perseguidos nacionalmente, considerados

“perigosos” e alguns observados como possíveis traidores da pátria brasileira. Houve o perigo alemão, o perigo italiano e o perigo japonês. Depois desse processo de repressão, pela perda de documentos e também do apagamento de uma memória mais compartilhada, muitos descendentes não sabiam mais das origens regionais específicas de seus antepassados, o que favoreceu a invocação de uma italianidade baseada numa Itália genérica. O que, em minha compreensão, em nada retirou a força das reivindicações, especialmente presentes após as comemorações do centenário da imigração italiana para o estado, em 1975, quando houve uma série de eventos que agregaram os descendentes de um modo geral e fizeram com que muitas cidades ativassem suas associações e entidades italianas. Em Santa Maria, tal movimento começa a acontecer na década de oitenta do século passado (vide Zanini, 1999) e vai se espalhando nas décadas seguintes para as vizinhanças regionais.

Os relatos sobre a travessia efetuados pelos pioneiros não são muitos, mas salientam que a mesma era feita em condições nem sempre saudáveis (vide Molinari, 2004), o que favorecia o aparecimento de moléstias e que houvesse mortes em alto-mar, acontecimento que ainda era recorrente nas memórias dos descendentes atuais quando de minha pesquisa etnográfica, tantos anos após a travessia. Tais relatos me levavam, constantemente, a pensar acerca das construções narrativas para os grupos migratórios e o quanto elas são fundamentais no processo de sobrevivência em terras estrangeiras. Há autores, como Maestri (2000, p.49), que questionam as bases históricas dos relatos de mortes am alto-mar. Contudo, tanto na região estudada pelo autor, como na que estudei, esses relatos são comuns e presentes nas memórias dos descendentes.¹⁸

Da Itália, como um território de origem, ficaram as lembranças dos antepassados, marcadas por nostalgias e ruptura de relações. Nas falas dos descendentes atuais, a justificativa maior para o processo migratório teria sido a busca pela propriedade da terra:

“Tu sabe que.. Lá não tinha terra, era pobre, tinha só uns pedacinhos, não tinha terra pra trabalhar. Então resolveram vim pra cá. (agricultora, 87 anos, residente na zona rural)

“Uma terra boa e depois lá eles eram acostumados em terras pequenas, em lotezinhos de mil metros quadrados, cinco mil. É que lá aproveitavam tudo e tinham parreiras. A minha gente, por exemplo, tinha parreiras e lá eles podavam as parreiras e os galhos que cortavam deixavam pro inverno e nós aqui colocamos no lixo logo.. então lógico que aqui eles acharam que era uma folga grande. Aqui, com 30 hectares de terra, 300 mil m, contra 3, 4 mil. É que eles

¹⁸ De acordo com Maestri (2000, p.49), “Casos como o relatado por colonos de Bento Gonçalves e Veranópolis, de enfermos lançados vivos ao mar, depois de receberem a absolvição, para não contagiarem os viajantes saudáveis, não possuem base histórica. São ênfases retóricas na transmissão de lembranças. Até mesmo os negreiros não agiam com tamanha desenvoltura: primeiro, os empestados eram envenenados para, a seguir, serem jogados ao mar a fim de não despertar o pânico entre os cativos”.

faziam produzir naqueles 3, 4 mil " (descendente, 77 anos, morador da zona urbana)

Um dos aspectos mais marcadamente mencionados nas falas daqueles descendentes com mais idade e que eram membros de famílias que haviam migrado tardiamente, era ainda, a saudade que os familiares sentiam das relações de parentesco, vizinhança e amizade deixadas na Itália:

"É, sentiam porque eles tinham os parentes e depois eles dizem não, agora que viemo temo que se acostumar aqui e temo que ficar, vamo voltar com o que, que não tinha dinheiro e chegaram só com as coisas do corpo que tinha e pouco" (agricultora, 76 anos, residente na zona rural).

Esses aspectos são observados na literatura dos processos migratórios, sejam os do passado ou do presente, ou seja, os territórios imaginados são compostos por pessoas, afetos, sentimentos e um sem número de relações deixadas na terra de origem e que migram junto com as pessoas. Com o passar do tempo, o que permanece nas gerações é uma visão nostálgica mais genérica e romantizada, o que, contudo, não subtrai sua força, muito pelo contrário. Para os descendentes atuais, a Itália de origem é uma invocação baseada no passado dos ancestrais e não necessariamente a Itália contemporânea. Aliás, um dos aspectos mais importantes, que minha etnografia revelou, foi o fato de que a Itália contemporânea, ao ser conhecida e visitada, era uma terra de contrastes, onde se comeria pouco e mal e as pessoas seriam muito "frias", individualistas e preocupadas com o mundo do trabalho em detrimento das relações familiares, coisas que no Brasil consideram vitais nas famílias de origem italiana, ou seja, comer bem, colocar a família em primeiro plano e ter relações afetivas sólidas e cotidianas. Dessa forma, a Itália imaginada, aquela que parte do universo dos descendentes daqui acerca do mundo de origem seria mais forte e real do que a Itália geograficamente localizada no continente europeu, moderna e industrializada. A comida, em especial, era sempre um elemento adscritivo importante e apontado como diferenciador. Lá, comer-se-ia pouco e mal e se pagaria muito pelo alimento. Aqui, no Brasil, os italianos comeriam muito, bem e fartamente. A comida, aliás, esteve presente também nos relatos memorialistas acerca do processo colonizador:

"Ela dizia que só lá não era como aqui. Ela disse que lá quando comia o salame, cortava as fatias e era só os velhos que comiam e eles comiam fruta e de noite pra elas fazer crochê, trabalhar, essas coisas, ela disse que tinha a estrebaria das vaca então num lado ficava as vaca e num lado ficava aquelas que trabalhava pra se esquentar porque não tinha lenha pra fazer fogo. Então, eu acho que no folgo das vaca, na respiração das vaca, ficava quente. Lá que elas ficava, senão não tinha como e ia pastar as vacas no serro, que tinha só aquele pedacinho de terra. Mas, que comia salame era só velhos e as criança comia fruta. Ela sempre. Aquilo sim, ela sempre contava. Depois aqui, começaram a plantar arvoredo, criar as vaca e então tinha a vontade o leite, a comida, o milho. Então, tinha á vontade, ela dizia, agora sim , não é como lá..." (agricultora, 76 anos, residente na zona rural)

Esta terra imaginada construída pela discursividade memorialista seria aquilo que Bhabha (2001) denominaria de “entre-lugar-deslizante”, ou seja, uma referência na qual o indivíduo pode estabelecer narrativamente uma distinção entre si e o outro (ou outros). Compreendo que a invocação de um mundo de origem permite aos indivíduos elaborar uma trajetória de vida com sentido, ou seja, de um começo, até os dias atuais, o que, do ponto de vista psicológico, é algo extremamente positivo. Pode-se dizer que, curiosamente, este mito de origem começa com a narrativa da travessia e da chegada dos pioneiros migrantes, lá nos finais do século XIX. É dele que se inicia a saga das famílias, do emigrado que cruza o oceano, adentra uma terra estrangeira e agrega a um sobrenome uma história simbolicamente valorizada. Nas narrativas, o ancestral é um herói civilizador.

O Processo Colonizador

De acordo com Righi et al (2001, p.226) na distribuição dos lotes de terras na região central do estado, era permitida aos imigrantes “a escolha de sua colônia por até três vezes”, ou seja, era necessário haver um certo acordo e empatia entre o homem e seu novo espaço de moradia e trabalho. Segundo os autores, depois dessas três tentativas, era vedada a escolha. Dentre os limites de escolha que tiveram sobre sua porção de terra, puderam, talvez, de certa forma, optar. Contudo, como observa Saquet (2003) em seu estudo, houve muitas complexidades e conflitos na distribuição das terras na Colônia Imperial. Não se pode ter uma visão ingênua acerca da distribuição dos lotes. Como relata uma descendente, acerca do processo colonizador enfrentado por seus antepassados:

“Ah!...morreu de desgosto porque eles achavam uma coisa e foi tudo outra... essas colônias daqui que eram pura pedra e coisa né, depois eles foram enfrentando... lutaram muito e o meu pai...” (descendente, 86 anos, moradora da zona urbana).

Como os lotes não eram muito extensos, tendo em média 20-25 hectares, já no início começou a haver um processo de reimplantação para outras localidades vizinhas (Ijuí, Cruz Alta, Santa Maria, entre outras) e posteriormente para outras cidades e estados, tais como Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, esse último principalmente nas últimas décadas do século XX.¹⁹ Com famílias numerosas e regras de herança que excluía as mulheres da divisão das terras, os primeiros colonizadores iniciaram seu processo produtivo que, conforme está demonstrado no Primeiro Álbum

¹⁹ De acordo com Beltrão (1979), já em meados de 1879, os colonos italianos estavam se direcionando a Santa Maria.

comemorativo, foi bastante expressivo. Um dos elementos que surpreendia os imigrantes era a produtividade da terra nas primeiras colheitas:

“Então, gostavam mais daqui. Porque tinha mais comida, mais abundante e lá era só fruta e eu ainda acho que pouca” (descendente, agricultora, 76 anos, residente na zona rural).

O espaço, nas narrativas, aparece como algo que foi domesticado, civilizado e a terra era, de certa forma, generosa, apesar das pedras. Antes da chegada do colonizador, seria espaço vazio, improdutivo e inabitado, como se as pessoas que porventura ali habitassem não tivessem visibilidade social. O espaço, para os descendentes, também é algo que foi marcado pela capacidade de trabalho dos antepassados, gerando um emblema civilizatório: “Em 1881, juntou-se aos outros três líderes, enfrentando as feras, a mata e os gentios para fundar Ribeirão” (Foletto, 1996, p.12). O enfrentamento cultura *versus* natureza é algo recorrente nas falas dos descendentes, para quem a história desses lugares tem como marco a chegada dos imigrantes italianos. Antes mato, depois casas, cores, cheiros, paisagens. A arquitetura colonial italiana também ressalta o quanto essa colonização e seu estilo de vida marcaram a região.

Toponímias, religiosidade e enraizamentos

Um dos aspectos mais fortes e marcantes que está vinculado à noção de pertencimento “italiano” na região central do estado é a demarcação do que denominaria de “territórios religiosos” ou espaços de vivência do sagrado, tais como capitéis, Igrejas, capelas, cemitérios e outras edificações. Essa característica se observa não somente nessa parte do estado, mas em todas as regiões em que houve colonização italiana. Para De Boni (1980) e Manfrói (2001), o catolicismo foi, nos primeiros tempos do processo migratório, um forte elemento de identificação cultural, promovendo uma coesão e linguagem comum. Nesse sentido, observo o valor da religião e seu papel de mantenedora de uma determinada ordem e coesão, sejam do ponto de vista social ou individual²⁰. Sem essa ordem de mundo, sem essa disposição que findou por ser espacialmente orientada, talvez eles não conseguissem sobreviver psicologicamente em meio às adversidades físicas e econômicas e àquilo que

²⁰ Compartilho a visão de religião de Geertz, para quem, além de compreender a ordenação de mundo proporcionada por esta, deve-se observar como tal ordenação se dá do ponto de vista das significações e ações individuais. Diz ele: “O estudo antropológico da religião é, portanto, uma operação em dois estágios: no primeiro, uma análise do sistema de significados incorporados nos símbolos que formam a religião propriamente dita e, no segundo, o relacionamento desses sistemas aos processos sócio-estruturais e psicológicos” (1989, p.142).

consideravam como um domínio da natureza, desconhecido e assustador.²¹ Uma paisagem simbolicamente orientada promoveria uma sensação de ordem e, de certa forma, como relata Lorenzoni, ao assistirem a primeira missa, de “civilização”. O amparo do sagrado lhes trazia um certa noção de dignidade humana e estabilidade.

Para Santin (1986), os sinos também desempenharam um papel importante enquanto símbolos de enraizamento. Diz ele que o sino havia se tornado uma presença obrigatória e indispensável e que “o imigrante, perdido e abandonado na imensa solidão das florestas brasileiras, fez do sino seu porta voz, símbolo de melodias capazes de preencher os vazios, de vencer as distâncias e romper o silêncio, de aproximar e unir” (1986, p.8). Enfim, na paisagem, nos sons, nos cheiros, aos poucos o colonizador ordena o novo mundo ao seu modo, agregando-lhe significação, estilo e também afetos.²² Segundo Santin, a capela, o campanário e os sinos “constituíram a essência de toda a vida e de todo o universo do imigrante italiano em sua nova pátria” (ibidem, p.13). Foram as capelas, existentes em quase todas as linhas e os pequenos capitéis que mantiveram uma vivificação constante da crença por meios dos rituais religiosos ali executados. Havia pessoas da comunidade, leigos, que se responsabilizavam pelo cuidado das mesmas e pela manutenção da vivência dos sacramentos entre os descendentes. Esses espaços do sagrado exerceram um forte poder no imaginário colonizador daqueles imigrantes, disciplinando e atribuindo sentido aos distintos ciclos de vida e acontecimentos individuais e coletivos.

Ressaltaria, aqui, a importância da perspectiva de Bourdieu (1994), acerca do poder simbólico²³ exercido por esta paisagem orientada pelo sagrado. Nos primeiros relatos, que constam no Álbum do Cinquentenário da Imigração Italiana, vários são os autores que enfatizam a força da religiosidade entre os imigrantes e o esforço que aquelas pessoas haviam feito para construir suas Igrejas, capelas e capitéis (Benvegna, s.d.; Crocetta, d.s.; Barea, s.d.; Bombassaro, s.d.; Gobbato, s.d.). Segundo Ancarani (s.d.), agente consular italiano na região central do estado no início do século XX, em texto que teria sido escrito supostamente em 1914, ressalta que:

“para quem conhece a fundo a *psychose* do colono italiano não se admirará deste seu culto aos templos religiosos; a religião foi sempre a grande força que guiou seu espírito nas varias tristezas, tornando-o factor abnegado da

²¹ Segundo De Boni, “A religião atuou como elo de união entre eles: a quase totalidade confessava-se católica, e a fé católica favoreceu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar, individual e coletivamente a existência” (1980, p.235).

²² Segundo Santin, “Para o imigrante italiano, a prática religiosa nada mais era do que a confirmação de seu trabalho, de suas aspirações e de sua vida, dependentes do cultivo da terra” (Santin et al, 1990, p.18).

²³ Neste aspecto, concordo com Bourdieu, ao salientar que o poder simbólico é “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (1998, p.9).

vida social econômica dessa região, e missionário do progresso desta sua nova Pátria de adoção" (s.d., p.4)

Comparados às casas e às moradias dos primeiros imigrantes, era impressionante a opulência e a riqueza de alguns templos religiosos. Battistel, em seu estudo sobre religião e costumes entre colonos italianos, ressalta também que as capelas seriam mais bonitas que as próprias casas dos colonos (1981, p.38). Um de meus informantes, quando da pesquisa de campo, ainda se perguntava sobre os esforços que os antepassados não deveriam ter feito para edificar tais prédios. A religião, sendo uma instituição primordial para os imigrantes de italianos e seus descendentes, tornara-se uma esfera da vida social muito importante e na qual investiam tempo e recursos. Especialmente se pensando nos primeiros tempos do processo colonizar quando a sociabilidade maior se dava durante a ida à missa dominical e nos rituais sazonais religiosos. Compreendo que sua importância, em seus múltiplos sentidos, ainda merece ser mais estudada. Salienta Geertz, acerca da importância dos símbolos religiosos, que os mesmos oferecem uma garantia cósmica para se compreender o mundo, mas, também, dão precisão aos sentimentos, definição às emoções, o que permite "suportá-lo, soturna ou alegremente, implacável ou cavalheirescamente" (1989, p.120).²⁴

Quando aqueles imigrantes aqui chegaram, foram se agrupando em linhas, como era elaborada a demarcação dos lotes pela empresa responsável pela colonização, e algumas dessas localidades foram recebendo denominações toponímicas que lembravam as localidades de origem dos imigrantes: Vale Veneto, Val Feltrina, Linha dos Mantuanos, Val de Buia, entre outros. A designação reafirmaria uma distinção baseada nos *paesi*, nas localidades de origem dos antepassados e também seria elemento de significação no interior do grupo, uma vez que, ao morar em tal linha, o indivíduo expressaria um pertencimento regional e dialetal específico.

Com o advento do Estado Novo e seu processo de nacionalização, várias localidades, instituições comerciais, de ensino e de lazer tiveram que trocar de nomes. Em Santa Maria, esse processo afetou a *Società Italiana de Mutuo Soccorso*, hotéis, casas comerciais, entre outros que tiveram que mudar suas designações. Os nomes foram abasileirados, numa tentativa de salientar que eram, também, brasileiros. Muitos temiam represálias, especialmente após a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, em 1942. Contudo, depois dos festejos do centenário da Imigração italiana no estado, em 1975, de uma forma mais ampla, várias localidades, tanto da serra

²⁴ Para Geertz (1968, p.95), "Religion must be viewed against the background of the insufficiency, or anyway the felt insufficiency, of common sense as a total orientation toward life; and it must also be viewed in terms of its formative impact upon common sense, the way in which, by questioning the unquestionable, it shapes our apprehension of the quotidian world of "What there is" in which whatever different drummers we may or may not hear, we are obliged to live".

gaúcha, do noroeste do estado, bem como da região central, passaram a invocar suas toponímias de origem, sem vergonha ou receio disso. Na região central, esse movimento começa na década de 80 do século passado e tem crescido ano após ano, enfatizando também o aspecto turístico dessas localidades. Observo que isso se deu após o fato de muitos descendentes de imigrantes italianos já terem ascendido social, econômica, política e culturalmente e almejarem valorizar suas origens e de seus antepassados, elaborando uma discursividade positivada acerca da presença dos italianos no Rio Grande do Sul, de sua capacidade de trabalho e de empreendedorismo, sua religiosidade entre outros elementos considerados como demarcadores positivos da italianidade.

Outro vínculo importante para os descendentes de imigrantes italianos na construção das espacialidades dessa região é o cruzamento entre a história das famílias e a história das localidades. Por vezes, elas se entrecruzam de tal forma que as trajetórias se assemelham. Nesse aspecto, observo o quanto as memórias se baseiam em determinado espaço e também o quanto a família é uma instituição fundamental nesse processo, enquanto um fio condutor. Concordo, dessa forma, com Thompson, ao afirmar que a história da família pode dar ao indivíduo "um forte sentimento" (1998, p.21) de duração maior do que sua existência particular e que poderia "ir além de sua própria morte" (ibidem, p.21). Enfim, nas reconstruções sobre o passado elaboradas no presente em que lugares se tornam sagrados por ali habitarem mortos, santos, padroeiros ou mesmo lembranças, há muito ainda que ser analisado entre esses descendentes. E as famílias, com certeza, guardam parte dessa história em suas memórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos que considero dos mais importantes ao se analisar as espacialidades, é observar que essas são construções e que também fazem parte das discursividades dos indivíduos e grupos sobre si mesmos, são pontos de partida, de trajetórias ou de chegada. Não são, portanto, fatos em si, mas adquirem significados nos jogos de negociações em que se inscrevem. Assim, concordo com Bartolomé (2000), ao salientar que as identidades étnicas não se fazem somente nas relações entre nós e outros, mas que também há um forte elemento das relações internas ao grupo do "nós". Ou seja, nem todos os indivíduos que reivindicam italianidade o fazem da mesma forma, nem com os mesmo recursos e nem baseados nos mesmos princípios e reivindicações acerca da terra de origem ou da terra hospedeira, o que, em minha perspectiva, não geraria contradição alguma e nem deslegitimaria o processo de reivindicações identitárias baseadas num processo colonizador idealizado.

Contudo, o importante é observar os agenciamentos situacionais em que esses “jogos” se dão e como esses territórios imaginados (ou não) influem as construções dos indivíduos sobre si mesmos, sobre os outros e influenciam suas trajetórias de vida.

Além disso, sabendo-se da diversidade étnica da região central do estado, em que vários grupos de imigrantes e outros formaram suas populações, há de se observar que, quando um grupo reivindica majoritariamente a identificação espacial de um território, outros podem se sentir desprestigiados. Tal situação poderia levar a conflitos e revelar uma certa topografia do poder nessas localidades. Analisando-se o processo de construção de reivindicação identitária, na região de colonização italiana, observa-se o quanto essas populações passaram por períodos em que foram esquecidas, desamparadas ou reprimidas pelo Estado e o quanto esta nova fase em que o trabalho com a terra, a saga dos antepassados, a herança dos colonos, passa a ser valorizada e se torna um elemento enriquecedor dos atributos étnicos de origem. Salientaria que, do ponto das políticas públicas, há todo um empreendimento educacional a ser feito para que as diversidades étnicas sejam valorizadas em seus múltiplos aspectos e num trabalho em que todos os grupos se sintam pertencentes às comunidades e valorizados. Esta região carece, ainda, de estudos antropológicos e sociológicos de maior alcance que permitam conhecer a diversidade cultural das populações que aqui habitam e como essas têm enfrentado suas adversidades, especialmente as camponesas, que tem sofrido êxodos constantes, fazendo com que as zonas rurais sejam cada vez mais habitadas por idosos. A terra e o trabalho com essas populações necessitariam ser repensados, com valorização de sua história fazendo com que se sintam prestigiadas por suas trajetórias grupais, familiares e individuais.

Ethnic belonging and territoriality: Italians in the central zone of Rio Grande do Sul (Brasil)

ABSTRACT

This paper aims at presenting some reflections about ethnic identities and territorial belonging among descendants of Italian settlers in the central region of Rio Grande do Sul, over more than a century of colonization. Starting from ethnographic research, and especially from observing how these questions have been seen throughout time, we intend to show how these adscriptive frontiers are important for the definition of belonging. The migrational process was initially formed by peasants (mostly poor catholics) and over time and through contact with the city of Santa Maria and the surrounding region, there was a new migration to other regions. Later, with the division of lands and hereditary successions, a great number of them moved to other states throughout the country (Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Bahia) initiating new migrations and agricultural expansion in the country. All this spatial movement is part of family memories and generational itineraries, showing how present migration has been in the existence of the descendants of Italian settlers in Brazil.

Keywords: ethnic identities, migration, Italians

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Zuleika Maria Forcione. Brava gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914. Revista Commemorativa do Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria-RS 1814-1914. [S.L.:s.d]
- ANDERSON, Benedict. Imagined communities. London: Verso, 1983.
- BAREA, Giuseppe. La vita spirituale nelle colonie italiane dallo stato. IN: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud 1875- 1925. [S.L.:s.n.], s.d.. p.55-131.
- BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. IN: LASK, Tomke. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Bases culturais da identidade étnica no México. IN: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org). Região e nação na América Latina. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 135-161.
- BATTISTEL, Arlindo. Colônia italiana: religião e costumes. Porto Alegre: EST, 1981.
- BELTRÃO, Romeu. Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho 1787-1930. 2 ed. S.L. 1979.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. 14 ed. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BHABHA, Homi H. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BENVEGNÚ, Cleto. Sacerdoti italiani che precedettero l'emigrazione. IN: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud 1875-1925 [S.L.:s.n.], s.d.. p.135-149
- BOMBASSARO, P.Antonio. Ex-Colônia Silveira Martins. Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio grande del Sud 1875-1925. [S.L.:s.n.], 1925. p. 328-334.
- BORGES PEREIRA, João Baptista. Italianos no mundo rural paulista. São Paulo: Pioneira, Instituto de Estudos brasileiros da USP, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. Lições de Aula. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CICHERO, Lorenzo. L'emigrazione agli stati del Brasile. IN: Album do Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud 1875-1925. [S.L.:s.n], 1925. p.311-318
- CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud 1875-1925. [S.L.: s.n], 1925.

- COHEN, Abner. Custom and politics in urban África. London: Routledge and Kegan Paul, 1979.
- COSTA, Rovílio et al. Imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1986.
- CROCETTA, B. Passato ed avvenire. IN: Album do Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud 1875-1925. [S.L.: s.n.], 1925. p.455-462
- DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. IN: LANDO, Aldair et al (org). Migração & Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p.234-255.
- DEUS, Sandra de Fátima Baptista. Camponeses: organização e comunicação- as relações de liberdade e opressão. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural, Santa Maria, 1989.
- DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FEATHERSTONE, Mike. Cultura de consumo e pós-modernismo. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FOLETTTO, Granadília. Ribeirão. Sua fundação, sua história, seu povo e sua memória. S. L.: Gráfica Medianeira, 1996.
- GEERTZ, Clifford. Islam observed. New Haven and London: Yale university Press, 1968.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOBBATO, Celeste. Il colono italiano ed il suo contributo nello sviluppo dell'industria riograndense. IN: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud 1875-1925. [S.L.:s.n.], 1925. p.195-242
- GROSSELI, Renzo Maria. Vencer ou morrer. Camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- LEROI- GOURHAN, André. O gesto e a palavra. Tomo 2. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LORENZONI, Julio. Memórias de um imigrante italiano. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de colonização do Império. Porto Alegre: Edufrgs, 1999.
- MAESTRI, Mário. Os Senhores da serra. A Colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2000.
- MANFRÓI, Olívio. A Colonização italiana no Rio Grande do Sul. Implicações econômicas, políticas e culturais. 2 ed. Porto Alegre: EST, 2001.
- MOLINARI, Augusta. Aspetti sanitari dell'emigrazione transoceanica di massa. História: Debates e Tendências. Passo Fundo, Vol, n.1, p.205-224, jun 1999.

- MOREIRA, Igor et al. Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul. 4 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- POZZOBON, Andréa. Uma Odisséia na América. IN: POZZOBON, Zolá Franco. Uma odisséia na América. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- RIGHI, José Vicente et al. Povoadores da Quarta Colônia. Porto Alegre: EST, 2001.
- SANTIN, Silvino e ISAIA, Antônio. Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990.
- SANTIN, Silvino. A imigração esquecida. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1986.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Os tempos e os territórios da colonização italiana. O desenvolvimento econômico da colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: EST, 2003.
- SAYAD, Abdel. A imigração. São Paulo: Edusp, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). Anuário Antropológico 91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p.31-63.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração e cultura no Brasil. Brasília: EdunB, 1990.
- SPONCHIADO, Padre Luiz. A anágrafe de Nova Palma e os inícios da Colônia Silveira Martins. IN: Luis DE BONI, Luis Alberto (org). A presença italiana no Brasil. vol2. Porto Alegre: EST; Torino: Fundação Giovanni Agnelli, 1990. p.425-446
- THOMPSON, Paul. A voz do passado. História oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- VENDRAME, Maíra Inês. "Lá éramos servos, aqui somos senhores". A organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed.UFSM, 2007.
- VESCIO, Luiz Eugênio. O crime do padre Sório. Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928. Porto Alegre: Ed.UFRGS; Santa Maria: Ed.UFSM, 2001.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 3 ed. Brasília: Editora UNB, 1994. vol1.
- WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. IN: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p.90-113.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Ítalo-brasileiros: a revivificação da identidade étnica em Santa Maria-RS. Travessia. Revista do migrante. CEM, São Paulo, ano XII, n.34, p.20-23, maio/ago, 1999.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. O Estado Novo e os descendentes de imigrantes italianos: entre feridas, fatos e interpretações. IN: DALMOLIN, Cátia (org). Mordça Verde e Amarela. Santa Maria: Palotti, 2005. p. 113-128
- ZANINI, Maria Catarina. Italianidade no Brasil meridional. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS. Santa Maria: Ed.UFSM, 2006.